

1. TÓPICO ESPECIAL: EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

1.1 Tipos de Estatais Federais

O governo federal controla 149 empresas estatais, sendo 101 subsidiárias de outra estatal federal, vale dizer, o controle da União é indireto e não direto, como ocorre com as outras 48 estatais. Dessas 101 subsidiárias, 95 são controladas diretamente por apenas 3 estatais: Petrobras (41), Eletrobras (38) e Banco do Brasil (16). As outras seis são do BNDES (3), Caixa Econômica Federal (2) e Correios (1)¹.

A separação das estatais em não dependentes e dependentes de recursos financeiros da União é outra discriminação relevante. Considera-se uma estatal dependente quando ela necessita de recursos da União para cobrir suas despesas de pessoal, custeio e de capital, excluindo-se, nesse último caso, os recursos provenientes de participação acionária. Portanto, as estatais dependentes não geram recursos suficientes para financiar suas despesas, necessitando da ajuda financeira da União. Dentre as 149 estatais federais, 18 são dependentes da União. Os recursos são disponibilizados por meio de dotação de recursos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

As 131 empresas não dependentes não constam no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, pois não necessitam de recursos da União para se manterem, o que não significa que sempre gerem lucros ou que não recebam eventualmente aportes de capital da União. Os lucros gerados, por sua vez, podem ser revertidos para a União na forma de dividendos. A relação dessas empresas com o orçamento federal se dá por meio do Orçamento de Investimentos, embora parte delas não apareça expressamente nesse orçamento².

Esta seção se desdobra em duas partes. A primeira trata das empresas dependentes, enquanto a segunda aborda as não dependentes. Em cada caso, serão apresentadas informações sobre as empresas, com ênfase nas relações financeiras com o governo federal.

1.2 Empresas Estatais Federais Dependentes

A Tabela 9 contém a lista, em ordem alfabética, com as estatais dependentes, ministérios a que se subordinam e atividade exercida. Os perfis variam, pois envolvem 11 ministérios e 11 atividades distintas. Das 18 estatais, 6 fazem pesquisa, implementação e gestão de projetos em diferentes áreas (Amazul, CPRM, EPL, EPE, Emprapa e Codevasf), 4 são fabricantes (Ceitec, Nuclep, Imbel e INB), 3 atuam nos transportes (Valec, CBTU e Trensurb), 3 na saúde (EBSERH, HCPA e GHC), uma em abastecimento (Conab) e outra nas comunicações (EBC).

¹ Fonte importante de informação dessa seção do RAF é o Boletim das Empresas Estatais Federais, divulgado trimestralmente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). Os dados utilizados neste texto foram retirados dessa fonte, salvo quando houver referência à outra fonte. O Boletim é divulgado na página eletrônica do Ministério (<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/publicacoes/boletim-das-empresas-estatais>).

² As 131 estatais não dependentes podem ser divididas em três subgrupos: as que estão incluídas no Orçamento de Investimento das Estatais e apresentam Programa de Dispêndio Global (PDG), no qual constam as despesas e receitas anuais da empresa; as que apenas apresentam PDG; e as que não constam no Orçamento de Investimentos, nem fazem PDG. O primeiro grupo é composto de 90 empresas; o segundo engloba 30 empresas e o terceiro, as 11 restantes. O segundo grupo inclui as empresas cujos investimentos estão centralizados na controladora ou possuem função essencialmente administrativa ou estão em fase de extinção. O terceiro grupo é o das empresas com sede no exterior e/ou investimentos centralizados na controladora. As estatais dependentes também não constam do Orçamento de Investimentos, nem fazem PDG.

TABELA 9. INFORMAÇÕES SOBRE AS ESTATAIS FEDERAIS DEPENDENTES

| Denominação | Ministério responsável | Atividade exercida |
|--|---|---|
| Amazul - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. | Defesa | Pesquisa, Implantação e Gestão de Projetos |
| CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos | Cidades | Transporte urbano |
| Ceitec - Companhia Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. | Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações | Fabricação de Dispositivos Microeletrônicos |
| CGH - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. | Saúde | Hospitais |
| Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba | Integração Nacional | Pesquisa, Implantação e Gestão de Projetos |
| Conab - Companhia Nacional de Abastecimento | Agricultura, Pecuária e Abastecimento | Abastecimento alimentar |
| CPRM - Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais | Minas e Energia | Pesquisa, Implantação e Gestão de Projetos |
| EBC - Empresa Brasil de Comunicação S.A. | Presidência da República | Comunicações |
| EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares | Educação | Administração Hospitalar |
| Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária | Agricultura, Pecuária e Abastecimento | Pesquisa, Implantação e Gestão de Projetos |
| EPE - Empresa de Pesquisa Energética | Minas e Energia | Pesquisa, Implantação e Gestão de Projetos |
| EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A. | Presidência da República | Pesquisa, Implantação e Gestão de Projetos |
| HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre | Educação | Hospitais |
| Imbel - Indústria de Material Bélico do Brasil | Defesa | Fabricação de Material Bélico |
| INB - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. | Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações | Fabricação de Urânio Enriquecido |
| Nuclep - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. | Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações | Fabricação de Equipamentos Nucleares e Navais |
| Trensurb - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S. A. | Cidades | Transporte Urbano |
| Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A | Transportes, Portos e Aviação Civil | Ferrovária |

Fonte: Sest/MP. Elaboração: IFI.

Já a Tabela 10 apresenta informações financeiras a respeito das 18 estatais dependentes. A primeira coluna mostra o total dos dispêndios, no exercício de 2016 (dotações do orçamento pagas e restos a pagar pagos). As empresas estão ordenadas em ordem decrescente de dispêndio.

TABELA 10. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SOBRE AS EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES – 2016

| Denominação | Montante* (R\$ milhões) | Composição (%) | | Participação do governo federal** (%) | Despesa de pessoal por funcionário, por mês*** (R\$) |
|--------------|----------------------------|--|--|---|--|
| | | Pessoal e demais despesas correntes | Investimentos e inversões financeiras | | |
| Embrapa | 3.218 | 98 | 2 | 99 | 21.448 |
| EBSERH | 2.995 | 99 | 1 | 98 | 7.959 |
| Valec | 1.426 | 18 | 82 | 100 | 13.113 |
| Conab | 1.421 | 81 | 19 | 92 | 14.017 |
| GHC | 1.195 | 96 | 4 | 100 | 9.133 |
| HCPA | 1.117 | 88 | 12 | 95 | 10.482 |
| CBTU | 1.107 | 89 | 11 | 86 | 10.869 |
| Codevasf | 885 | 61 | 39 | 99 | 16.456 |
| INB | 829 | 92 | 8 | 41 | 14.117 |
| EBC | 644 | 97 | 3 | 75 | 11.190 |
| CPRM | 524 | 97 | 3 | 99 | 15.885 |
| Nuclep | 390 | 98 | 2 | 91 | 21.652 |
| Amazul | 302 | 100 | 0 | 100 | 11.638 |
| Trensurb | 274 | 97 | 3 | 61 | 10.638 |
| Imbel | 216 | 96 | 4 | 78 | 3.025 |
| EPE | 107 | 99 | 1 | 98 | 19.013 |
| Ceitec | 81 | 92 | 8 | 95 | 13.931 |
| EPL | 55 | 78 | 22 | 100 | 11.706 |
| Total | 16.785 | 86 | 14 | 92 | 11.683 |

Fonte: Lei do Orçamento Anual (LOA) da União - exercício de 2016, Siga Brasil e MP/Sest. Elaboração: IFI.

* Corresponde à soma do orçamento de 2016 pago, com os restos a pagar pagos relativos aos exercícios anteriores.

** Calculado pela soma das fontes 100 e 300 do orçamento e nos restos a pagar pagos.

*** Despesa de pessoal e encargos sociais, dividida pelo quadro de pessoal efetivo. O resultado é dividido por 13 para torna-lo mensal (12 meses, mais décimo terceiro salário).

Registre-se primeiramente o total de recursos levando-se em conta as 18 empresas, R\$ 16,8 bilhões (0,27% do PIB), em 2016. Embrapa e EBSERH foram as duas estatais que mais mobilizaram recursos, R\$ 3,2 e R\$ 3 bilhões, respectivamente. A primeira desenvolve tecnologia para a agropecuária brasileira, enquanto a segunda faz a gestão de 50 hospitais vinculados a 35 universidades federais. Outras 5 empresas despendem entre R\$ 1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão, em 2016. São elas: Valec que constrói e explora infraestrutura ferroviária, inclusive a Ferrovia Norte-Sul (R\$ 1,4 bilhão); dois hospitais, o GHC e o HCPA (R\$ 1,1 e R\$ 1,2 bilhão, respectivamente), a Conab que executa políticas agrícolas e de abastecimento (R\$ 1,4 bilhão) e a CBTU que constrói e opera a malha de trens urbanos do país (R\$ 1,1 bilhão).

A segunda e a terceira colunas da Tabela 10 mostram a composição do dispêndio agregando-se, na primeira, pessoal e outras despesas correntes e, na segunda, investimentos e inversões financeiras. Do total de R\$ 16,8 bilhões do dispêndio das 18 estatais em 2016, 86% corresponderam a despesas com pessoal e outras despesas correntes e 14% a investimentos e inversões financeiras. Observe-se, entretanto, que a divisão entre esses dois destinos varia de estatal para estatal. Em 12 empresas, mais de 90% dos recursos foram utilizados com pessoal e outras despesas correntes (Embrapa, EBSERH, GHC, INB, EBC, CPRM, Nuclep, Amazul, Transurb, Imbel, EPE e Ceitec). Em outras quatro estatais, esse percentual esteve entre 70% e 90% (Conab, HCPA, CBTU e EPL). Apenas nos casos da Codevasf e, principalmente, da Valec, os percentuais foram mais baixos, respectivamente 61% e 18%.

Já a quarta coluna da Tabela 10 mostra a participação do governo federal no financiamento das despesas de cada uma das 18 empresas estatais dependentes, espécie de medida de grau de dependência³. Considerando-se o conjunto das estatais, 92% do total de dispêndios de R\$ 16,8 bilhões foram financiados com recursos do governo federal, em 2016. Os 8% restantes originaram-se de fontes próprias de recursos. Das 18 estatais, 13 dependeram dos recursos do governo federal para financiar mais de 90% das respectivas despesas. As cinco restantes são as seguintes: CBTU (86%), Imbel (78%), EBC (75%), Trensurb (61%) e INB (41%).

Portanto, o grau de dependência dos recursos do governo federal é de modo geral bastante elevado. Esse é um aspecto que chama atenção, pois a organização de certas atividades de interesse público na forma empresarial sugere certa capacidade de geração própria de recursos.

Por fim, a última coluna da Tabela 10 diz respeito aos gastos com pessoal das estatais dependentes. Na segunda coluna, esses gastos aparecem somados com as demais despesas correntes. Já nessa última coluna, esses gastos são tratados em termos per capita, divididos pelo quadro de pessoal efetivo de cada estatal. Como a compreensão é mais direta em termos mensais, os gastos per capita foram divididos por 13 (12 meses, mais o décimo terceiro salário). À exceção da Imbel que destoa bastante, as demais estatais podem ser divididas em três grupos de acordo com o tamanho do gasto per capita com pessoal. No primeiro grupo, esses gastos vão de cerca de R\$ 8 a R\$ 12 mil: GHC, EBSERH, HCPA, CBTU, EBC, Trensurb, Amazul e EPL. No segundo grupo, os gastos estão entre R\$ 13 e R\$ 17 mil: Valec, Conab, INB, Ceitec, CPRM e Codevasf. Por fim, estão as três estatais restantes, com gastos entre R\$ 19 e 22 mil: EPE, Embrapa e Nuclep.

Vale observar que o quadro de pessoal efetivo das empresas dependentes era de 74 mil empregados, em setembro de 2017. Tratou-se de um acentuado aumento frente aos 40,3 mil funcionários cotratados em 2011, 11,4% ao ano no período. Mesmo em 2016, segundo ano de grave crise econômica, o acréscimo foi de 7,7%. Como se verá, no caso das estatais não dependentes, o número de funcionários passou a cair já a partir de 2014. Entre 2006 e setembro de 2017, enquanto o quadro dessas empresas cresceu 9,1%, o efetivo das estatais dependentes subiu 113,9%.

Outro aspecto que chama a atenção em relação às estatais dependentes é que oito delas tinham patrimônio líquido (PL) negativo, em 2016. O PL corresponde aos recursos próprios utilizados pela empresa na atividade. Dito de outro modo, é a diferença entre o total do ativo e o passivo junto a terceiros. PL negativo normalmente indica prejuízos gerados em períodos anteriores, o que descapitaliza a empresa. A Tabela 11 mostra as estatais federais dependentes com patrimônio líquido negativo. Em que pese receberem recursos do governo federal, a atividade gera prejuízos e leva à descapitalização dessas empresas. Os casos mais contundentes são os do GHC, Codevasf e Embrapa, com PLs negativos de R\$ 2,7, R\$ 2,5 e R\$ 1,3 bilhões, respectivamente, em 2016. Essas empresas são as que mais requerem atenção, com vistas a que se estancem os desequilíbrios e se evitem desembolsos contínuos e elevados pelo governo federal.

³ Inclui-se como recursos do governo federal as fontes 100 e 300 constantes do orçamento.

TABELA 11. EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES COM PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

| | (R\$ milhões) | |
|--------------|---------------|---------------|
| | 2015 | 2016 |
| GHC | -2.966 | -2.663 |
| Codevasf | -1.990 | -2.489 |
| Embrapa | -800 | -1.289 |
| CBTU | 49 | -387 |
| Ebserh | -6 | -71 |
| Ceitec | -12 | -53 |
| Amazul | -25 | -25 |
| CPRM | -1 | -10 |
| Total | -5.752 | -6.986 |

Fonte: MP/Sest. Elaboração: IFI.

1.3 Empresas Estatais Federais Não Dependentes

As 131 estatais federais não dependentes atuam em vários setores. Destaque-se entre as áreas de atuação a energia (47 empresas), petróleo e derivados (35), comércio e serviços (15), financeiro (14) e portuário (8), grande parte das quais integrantes dos Grupos Petrobras, Eletrobras e Banco do Brasil. Em 2017, o Programa de Dispêndios Globais (PDG) das estatais alcança R\$ 1,3 trilhão, 73% já executados até setembro. Desse montante realizado, 51% se referem às estatais do setor financeiro, 40% ao Grupo Petrobras, 6% ao Grupo Eletrobras e 3% às demais empresas. Já quando se considera apenas o Orçamento de Investimentos, dos R\$ 91,5 bilhões orçados em 2017, apenas 37,4% foram executados até setembro, sendo 87% do Grupo Petrobras.

A relação financeira entre o governo federal e suas estatais não dependentes pode se dar por meio dos aportes de capital ou do recebimento de dividendos. Os aportes correspondem a transferências de recursos do Tesouro à estatal com o intuito de repor o capital corroído por prejuízos ou então elevá-lo para alavancar as atividades da empresa. Se os aportes forem sistemáticos, a empresa pode vir a ser reclassificada como dependente de recursos do Tesouro.

A Tabela 12 traz informações sobre esses aportes. Em 2017, a União já fez aporte de R\$ 1,2 bilhão até setembro, sendo R\$ 909 milhões à Infraero e R\$ 166 milhões à Telebrás. O valor total aprovado no PDG para 2017 é de R\$ 2,4 bilhões, sendo R\$ 1,5 bilhão à Infraero, R\$ 256 milhões à Telebrás, R\$ 244 milhões à Hemobrás e, grande parte do restante, a sete das oito empresas do setor portuário, notadamente, R\$ 190 milhões à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). Em 2016, o aporte chegou a R\$ 6 bilhões e as empresas beneficiadas foram basicamente as mesmas de 2017, à exceção da Eletrobras que recebeu aporte de R\$ 2,9 bilhões. Seguiram-se Infraero (R\$ 1,9 bilhão), Telebras (R\$ 686 milhões) e Hemobrás (R\$ 243,5 milhões). O restante foi quase integralmente dirigido ao setor portuário.

TABELA 12. APOORTE DA UNIÃO ÀS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES

| | (R\$ milhões) | | |
|-----------------|---------------|--------------|-----------------|
| | 2016 | 2017* | Jan./set.-2017* |
| Eletrobras | 2.906 | 0 | 0 |
| Infraero | 1.873 | 1.489 | 909 |
| Telebrás | 686 | 256 | 166 |
| Hemobrás | 183 | 244 | 26 |
| Codesp | 141 | 190 | 54 |
| Outras (portos) | 216 | 197 | 29 |
| Outras | 3 | 3 | 0 |
| Total | 6.008 | 2.378 | 1.184 |

Fonte: MP/Sest. Elaboração: IFI.

*Valor aprovado no ano e executado até setembro.

A julgar pelo biênio 2016-2017, há empresas que têm recebido aportes do Tesouro, com certa frequência, sugerindo a necessidade de providências específicas. Vale realçar também que quatro das empresas que receberam aportes em 2016 e 2017 estavam com patrimônio líquido negativo, em 2016, conforme se lê na Tabela 13. A Infraero encabeça a lista com patrimônio líquido de R\$ 4 bilhões negativos, seguida da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), com R\$ 598 milhões, Telebrás, com R\$ 500,1 milhões e Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), com R\$ 290,5 milhões. Chama a atenção o caso da Infraero, uma empresa que após ter recebido R\$ 1,9 bilhão do Tesouro em 2016, encerrou o ano com PL de R\$ 4 bilhões negativos.

TABELA 13. EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES COM PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

| | (R\$ milhões) | |
|--------------------|----------------|----------------|
| | 2015 | 2016 |
| Infraero | -2.954 | -3.959 |
| CDRJ | -405 | -598 |
| Telebras | -219 | -500 |
| Codern | -156 | -291 |
| Grupo Eletrobras | -7.638 | -20.332 |
| AmE | -4.364 | -9.335 |
| Eletronuclear | -352 | -4.512 |
| CGTEE | -1.211 | -2.353 |
| Ceron | -457 | -1.296 |
| Cepisa | -701 | -1.222 |
| BVEnergia | -338 | -609 |
| CEAL | -248 | -574 |
| Eletroacre | -130 | -274 |
| AmGT | 160 | -158 |
| Grupo Petrobras | 966 | -602 |
| Petroquímica Suape | 403 | -568 |
| Citepe | 566 | -31 |
| Pemid | -4 | -3 |
| Total | -10.406 | -26.282 |

Fonte: MP/Sest. Elaboração: IFI.

Quanto aos dividendos distribuídos à União pelas estatais, a Tabela 14 informa os valores relativos a 2016 e 2017⁴. No acumulado até setembro de 2017, os dividendos chegaram a R\$ 4,8 bilhões, bem acima do R\$ 1,5 bilhão transferido no mesmo período de 2016. Em 2017, prevaleceu amplamente o BNDES como origem dos dividendos, R\$ 3,4 bilhões do total de R\$ 4,8 bilhões, seguido do Banco do Brasil com R\$ 930,4 milhões. Já em 2016, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal predominaram com dividendos de R\$ 1,3 bilhão e R\$ 738,7 milhões, respectivamente.

TABELA 14. DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO PELAS ESTATAIS

(R\$ MILHÕES)

| | 2016 | Jan./set.-2016 | Jan./set.-2017 |
|-------------------------|--------------|----------------|----------------|
| Banco do Brasil | 1.328 | 1.057 | 930 |
| BNB | 37 | 37 | 101 |
| BNDES | 217 | 0 | 3.412 |
| Caixa Econômica Federal | 739 | 57 | 0 |
| Correios | 0 | 0 | 0 |
| Eletrobrás | 0 | 0 | 0 |
| IRB | 83 | 72 | 53 |
| Petrobras | 0 | 0 | 0 |
| Demais | 443 | 257 | 255 |
| Total | 2.848 | 1.479 | 4.751 |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

A dinâmica dos dividendos no período 2008-2015 apresenta alguns aspectos que merecem destaque. Nesse período, os dividendos anuais totais ficaram entre R\$ 12 e R\$ 28 bilhões, bem acima dos montantes observados no biênio 2016-2017. Quatro grupos de estatais responderam por 88,6% do total distribuído nesse período: BNDES (42,9%), Caixa Econômica Federal (20%), Banco do Brasil (13,8%) e Petrobras (12%). Portanto, historicamente houve grande concentração nesses quatro grupos, notadamente os que atuam na área financeira. Em relação ao BNDES, em boa medida, esses montantes corresponderam ao efeito sobre os lucros dos subsídios embutidos nos créditos transferidos pelo Tesouro ao Banco. Não se tratou, portanto, de lucro advindo de atividade econômica propriamente dita. Como boa parte dos créditos está sendo resgatada antecipadamente, os dividendos têm caído, embora a participação do BNDES no total transferido ao Tesouro deva manter-se relevante, como já ocorria antes de 2008, antes da política de transferência de créditos.

Os 11,4% restantes do total dos dividendos distribuídos no período 2008-2015 vieram da Eletrobras (4,4% de participação), Correios (2,4%), Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB (1%), Instituto de Resseguros do Brasil - IRB (0,6%) e os 3% finais de empresas não discriminadas. Essas duas primeiras empresas, assim como a Petrobras, não distribuem dividendos ao Tesouro desde 2015 (2014, no caso dos Correios), por conta da grave situação enfrentada. Em relação à Eletrobras, houve aporte da União, em 2016.

A Tabela 13 informa também que existem nove empresas do grupo com PL negativo, em 2016 (R\$ 20,3 bilhões, no total), notadamente, AmE, Ceron e Cepisa, Eletronuclear e CGTEE. As três primeiras correspondem às empresas de distribuição de energia elétrica do Amazonas, Rondônia e Piauí, respectivamente. A quarta opera e constrói usinas termoeletricas e a última gera e transmite energia elétrica no Amazonas.

⁴ Os números relativos aos dividendos foram retirados do Resultado Fiscal do Governo Central, divulgada mensalmente na página eletrônica da Secretaria do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>).

Enfim, a julgar pela experiência com distribuição de dividendos, o andamento da relação financeira entre o BNDES e o Tesouro e as dificuldades enfrentadas por algumas importantes estatais do setor produtivo, é pouco provável que os dividendos voltem, no futuro próximo, ao elevado patamar no qual estiveram antes de 2016. Ademais, a concentração nos dividendos originados das estatais da área financeira deverá ser mantida.

Os aportes e dividendos, por meio dos quais se processa a relação direta entre União e estatais não dependentes, são determinados pela situação econômico-financeira dessas estatais. Portanto, vale comentar alguns números que retratam essa situação. O patrimônio líquido (PL) das estatais era de R\$ 524,5 bilhões, em 2016. O PL informa aproximadamente o valor da empresa, já que corresponde à diferença entre o ativo e o passivo originado de recursos de terceiros, embora esse valor possa distanciar-se por certo período do valor de mercado, aferido com base nas ações negociadas na bolsa de valores. O desejável é que a relação entre dividendos e capital investido pelo estado na empresa pelo menos tenda ao custo da dívida pública, ao longo do tempo. Entretanto, existem considerações de diferentes naturezas que buscam justificar que o estado mantenha estatais que não atendam a esse quesito por longos períodos, o que não impede que a gestão seja eficiente, de modo a evitar perdas para o estado.

A Tabela 15 mostra o patrimônio líquido dos grupos de estatais, assim como o resultado líquido do biênio 2015-2016. Vale lembrar que esses cinco grupos englobam 105 (5 controladoras e 100 subsidiárias) das 131 estatais não dependentes. O peso deve ser ainda maior quando se considerada variáveis financeiras, como receita e patrimônio líquido. A Tabela 15 mostra também a relação entre o PL e o resultado na média do biênio 2015-2016 para dar uma noção do retorno da atividade.

TABELA 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL) E RESULTADO LÍQUIDO DOS GRUPOS DE ESTATAIS

| Grupos de estatais | PL 2016 | PL 2015 | Resultado 2016 | Resultado 2015 | (R\$ bilhões) |
|-------------------------|--------------|--------------|----------------|----------------|---------------------------------------|
| | | | | | Resultado / PL (%) média 2015-2016 |
| Petrobras | 252,7 | 257,9 | -13,0 | -35,2 | -9,4 |
| Banco do Brasil | 87,2 | 81,5 | 8,0 | 14,4 | 13,3 |
| Caixa Econômica Federal | 63,6 | 62,3 | 4,1 | 7,1 | 8,9 |
| Eletrobras | 44,1 | 41,7 | 3,5 | -15,0 | -13,4 |
| BNDES | 55,2 | 31,0 | 6,4 | 6,2 | 14,6 |
| Total dos grupos | 502,8 | 474,4 | 9,0 | -22,5 | -1,4 |

Fonte: Petrobras, Banco do Brasil, Caixa, Eletrobras e BNDES (balanço patrimonial e de resultados). Elaboração: IFI.

Como já adiantado, o retorno das estatais que atuam na área financeira é razoável ou mesmo elevado, com a qualificação já feita a respeito do BNDES. Já a Petrobras e a Eletrobras tiveram elevado prejuízo em 2015, fruto da situação geral da economia e de problemas de gestão. Em 2016, o prejuízo foi reduzido, no caso da primeira, e revertido para lucro, no caso da segunda. No primeiro semestre de 2017, ambos os grupos tiveram lucro moderado. É preciso acompanhar a evolução da rentabilidade dessas empresas nos próximos anos. Em relação à Eletrobras, cogita-se vender, no próximo ano, distribuidoras de energia do Grupo, notadamente as que estão com PL negativo, enumeradas na Tabela 13.

Quanto ao quadro de pessoal efetivo das estatais não dependentes, havia 432,8 mil funcionários ao final de setembro de 2017, sendo 108,3 mil empregados nos Correios, 99,8 mil no Banco do Brasil, 87,8 mil na Caixa Econômica Federal, 46,5 mil na Petrobras e 90,4 mil nas demais estatais. O quadro vem caindo frente ao número mais alto observado em 2013, 502,1 mil. O aumento mais pronunciado ocorreu no período 2007-2013, incremento médio anual de 3,4%.

Associado ao tema está a previdência complementar dos funcionários das estatais. De 487,4 mil funcionários considerados, 128 mil tinham mais de 50 anos, em setembro de 2017. Eram 83 planos, sendo 39 com benefício

previamente definido. Alguns tinham elevado déficit, na posição de junho de 2017⁵: um da Petros (Fundo de Pensão da Petrobras), com R\$ 29,1 bilhões; um da Previ (Banco do Brasil), com R\$ 15,5 bilhões; um da Funcef (Caixa Econômica Federal) com R\$ 13 bilhões; um da Portus (oito estatais do setor portuário), com R\$ 3,7 bilhões; um da Refer (Rede Ferroviária Federal S.A -RFFSA), com R\$ 2,8 bilhões; um da Postalís (Correios), com R\$ 1,8 bilhões; e um da Fapes, com R\$ 1,2 bilhão (BNDES). À exceção do plano da Refer, todos foram contratados com benefício previamente definido.

Por fim, em relação à dívida, o saldo dos empréstimos e financiamentos das estatais em setembro de 2017 era de R\$ 409,4 bilhões, sendo R\$ 358,6 bilhões da Petrobras e R\$ 44,8 bilhões da Eletrobras⁶. O endividamento é um dos principais problemas enfrentados pela Petrobras, em parte pelo tamanho, em parte pela predominância do passivo externo, 78,2% do total, bem acima do percentual da Eletrobras, 25,2%. Com isso, a dívida em real da Petrobras é muito sensível à flutuação da taxa de câmbio. A desvalorização cambial no segundo semestre de 2015 deve explicar boa parte do aumento desse passivo de R\$ 415 bilhões para R\$ 493 bilhões no período; do mesmo modo que a valorização cambial do primeiro semestre de 2016, deve ter sido decisiva para reduzi-lo a R\$ 397 bilhões em junho desse ano. Já as reduções posteriores, de menor monta, até os já referidos R\$ 358,6 bilhões registrados em setembro de 2017, possivelmente foram beneficiadas pelos desinvestimentos adotados em certas áreas de atuação da estatal.

⁵ Trata-se do chamado déficit técnico que corresponde à diferença entre o ativo (patrimônio atual do plano mais as contribuições atuais e futuras) e o passivo do plano (compromissos do plano, atuais e futuros).

⁶ A pouca relevância das operações de empréstimos e financiamentos no caso dos grupos de estatais do sistema financeiro chama a atenção, dado o tamanho dessas empresas. Como a intermediação financeira é da essência da atuação nessa área, a captação de recursos junto ao mercado não deve estar sendo contabilizada no saldo das operações.